

Brasil é o 5º país em desigualdade

Próximo governo terá como desafio combater o abismo social. De acordo com o Ipea, apenas 1% dos mais ricos fica com até 23% da renda total do país.

Próximo presidente terá o desafio de conter o ciclo crescente da pobreza. Estudo do Ipea aponta que, entre 29 países pesquisados, o Brasil é o quinto com a pior distribuição: o 1% mais rico fica com até 23% da renda total

Tarefa urgente de reduzir a desigualdade

» GABRIELA VINHAL
» BRUNO SANTA RITA*

Acampada às margens do Eixão Norte, na altura da 102, Edjaine Loiala, de 37 anos, vive com doações que recebe das pessoas que passam para ajudar. "É com isso que a gente consegue viver. Tem roupa, comida", explicou. Para cumprir com as necessidades básicas, ela lava e vigia carros nos estacionamentos no centro de Brasília, no Plano Piloto. "Com o dinheiro, dá para comprar só o essencial para sobreviver", disse. Edjaine está em situação de rua há três anos, mas tem expectativa de, em breve, melhorar de vida. "Eu não vou sair da minha cidade. Quero ter uma oportunidade aqui", declarou.

Assim como Edjaine, há mais de 100 mil pessoas vivendo nas ruas do país, segundo o último levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Dividem espaço, inclusive, com pessoas de alta renda. Em 2019, o próximo presidente escolhido nas urnas terá de conter o maior ciclo de crescimento das desigualdades sociais do país. Entre o fim de 2014 e o terceiro trimestre deste ano, o índice Gini passou de 0,5636 para 0,5915, segundo cálculos da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Quanto mais próximo de 1, pior a desigualdade. Visivelmente, a pobreza atinge tanto os grandes centros urbanos quanto as periferias.

Segundo dados mais recentes, divulgado por um estudo do Ipea, o Brasil é o quinto país com mais desigualdade do mundo. O levantamento analisou 29 países — entre desenvolvidos e em desenvolvimento — e mostrou que a parcela mais rica da população brasileira recebe mais de 15% da renda nacional. O 1% mais rico do Brasil concentra entre 22% e 23% do total da renda do país, nível bem acima da média internacional. A proporção do total da renda recebida pelo 1% mais rico da população ficou entre 5% e 15% em 24 dos 29 países analisados, um grupo heterogêneo que inclui Holanda e Uruguai. Junto com o Brasil, onde a concentração da renda nas mãos do 1% mais rico é o dobro da média ge-

ral, estão África do Sul, Argentina, Colômbia e Estados Unidos.

O pernambucano Valdecir Henrique de Santos, de 48 anos, vive nas ruas há 18. "Desde que perdi meu emprego como vigia de condomínio no Lago Sul, tive que ir para as ruas", explicou. Hoje, ele mora acampado em um campo próximo à 907 Norte, a poucos metros de uma universidade particular de elite. "Eu trabalhava no lixão da Estrutural. Quando fechou, vim para a Asa Norte. Tem muita gente rica aqui. Conseguimos doações e pego muito lixo para reciclar e trocar em dinheiro", explicou. Ele lamenta a dificuldade de achar emprego. "Nunca tem vaga, nunca tem espaço para a gente", reclamou.

"Vizinho" de Valdecir, Jeferson Matos da Silva, de 22 anos, também se encontra em situação de rua. Com machucados nas mãos e nas pernas, ele cata papelão, latinhas e tudo que pode reciclar. "É com isso que eu vivo. Sobra muito pouco para mim, porque também pago pensão para as minhas três filhas que moram com a minha ex-mulher", contou. A vontade dele é ter uma casa fixa para morar, onde ele possa construir uma nova família. "Aquela família, eu já perdi. Agora é tentar de novo. Já entreguei mais de 100 currículos, mas, até agora, nada", disse.

O pesquisador Marcelo Neri, da FGV

Social, afirma que, para conter a desigualdade, é preciso que o país invista em igualdade de possibilidades — não apenas em transferir renda, mas em políticas ligadas ao trabalho, à saúde e à educação. "O Bolsa Família custa apenas 0,5% do PIB do país, enquanto a Previdência custa 13%. Nos últimos 30 anos, o Brasil fez muito em termos de pobreza e extrema pobreza, mas voltou a aumentar a partir de 2014", apontou.

Segundo Neri, além de projetos sociais, é preciso levar educação de qualidade a essa parcela da população. "Eu defendo muito a educação, dado o quadro fiscal. A reforma da Previdência é fundamental, mas deve ser muito aprimorada, para preservar melhor os mais pobres. Com a crise financeira, o Estado tem que pensar não só em dar mais governo e mais mercado às pessoas. Mas também políticas de empreendedorismo, microcrédito e políticas na esfera público-privada".

* Estagiário sob supervisão de Roberto Fonseca



O Bolsa Família custa apenas 0,5% do PIB do país, enquanto a Previdência custa 13%. Nos últimos 30 anos, o Brasil fez muito em termos de pobreza e extrema pobreza, mas voltou a aumentar a partir de 2014"

Marcelo Neri, pesquisador do FGV Social

Arthur Menescal/Esp. CB/D.A Press - 23/1/18



Valdecir vive nas ruas há 18 anos: "Eu trabalhava no lixão da Estrutural. Quando fechou, vim para a Asa Norte. Pego muito lixo para reciclar e trocar por dinheiro"

Fogão a lenha no dia a dia

Em uma barraca de madeirite, a mãe improvisa uma estrutura que serve de fogão a lenha. Com a madeira coletada nos arredores, acende o fogo e prepara o feijão misturado com ossos e salsicha para servir aos cinco filhos e ao marido. Maria Conceição Ribeiro, de 41 anos, faz parte das 12,3 milhões de famílias brasileiras que utilizam lenha para preparar os alimentos na falta de gás de cozinha (GLP). Por conta do alto preço do botijão de 13kg, muitas famílias estão dando preferência à moda antiga.

Em Santa Luzia, na Estrutural, Maria usa o dinheiro do auxílio Bolsa Família para comprar as comidas básicas. "Às vezes, quando eu ganho cesta básica, consigo aproveitar e comprar um botijão", compartilha. Ela explica que, como o preço do gás é caro, ela sempre dá prioridade para alimentos que podem ser cozinhados a lenha.

A cunhada, Maria Aparecida da Silva Costa, de 56 anos, é vizinha de Conceição. Mora na Estrutural há 17 anos. "Eu vivo da reciclagem de plásticos e lixos", explicou. Ela disse que consegue pouco menos de R\$ 500 por mês. "Eu moro sozinha. Não tenho quem me ajude com renda", reclamou Maria Aparecida. Ela, assim como a

cunhada, utiliza o forno a lenha para cozinhar, porém, com exclusividade. "Eu não uso mais gás. Botijão é muito raro, faz tempo que não compro", conta.

Petrobras

A regra de reajuste de preços da Petrobras, desde janeiro deste ano, passou a ocorrer trimestralmente. A partir de março, a data para a vigência dos novos preços — que variam de acordo com o preço do barril de petróleo e com a variação cambial — tem sido o dia 5 dos últimos meses do trimestre. Em outubro, no entanto, a estatal não anunciou nenhum reajuste. Especialistas do mercado financeiro entenderam que a motivação para o adiamento do reajuste é o período eleitoral. O último aumento elevou o preço de R\$ 22,13 para R\$ 23,10.

Para o economista sênior da Confederação Nacional de Comércio de bens, Serviço e Turismo (CNC), Fábio Bentes, o preço do botijão é um dos 10 itens que mais impactam na inflação. "É um produto, na realidade, que tem um peso muito importante para as famílias. É muito difícil de abrir mão", explicou. Como o preço do botijão é

afetado pela variação cambial e pelo preço do barril de petróleo, é natural que o preço suba e que o consumidor mais pobre sofra mais.

Para o presidente da Associação Brasileira de Revendedores de Gás (Asmrig), Alexandre Borjaili, o botijão de gás está se tornando um produto presente nas famílias com restrição de classe social. "Um produto essencial para a família do brasileiro está se tornando uma coisa de luxo", critica. Ele entende que os reajustes ainda não são feitos da forma ideal. De acordo com ele, no fim das contas, acaba que as vendedoras ficam com dificuldades em obter lucro. "Nós não conseguimos repassar o preço. Quando abaixa, a gente continua tendo que manter o preço", explica.

Sérgio Bandeira de Mello, presidente do Sindigás, explica que o alto preço do botijão é extremamente prejudicial para a economia, uma vez que é usado por mais de 90% da população. "Atinge a todos, principalmente à classe econômica mais baixa", explicou. Para ele, a população brasileira mais carente agora tem "cozinhas flexs". "Usa o gás quando tem para cozinhar. Acabou, é vez de usar a lenha", diz. (BSR)

Carlos Vieira/CB/D.A Press - 10/10/18



É um produto, na realidade, que tem um peso muito importante para as famílias. É muito difícil de abrir mão"

Fábio Bentes, economista

L

Com 27,6 milhões de pessoas sem ocupação no país, candidatos precisam dar atenção especial aos que sofrem com a falta de oportunidade. Mulheres, negros e os jovens são os mais atingidos pelo problema

Desemprego como fiel da balança

» ALESSANDRA AZEVEDO
» ANDRESSA PAULINO*

No Brasil, falta emprego para 27,6 milhões de pessoas. Muitas delas vão às urnas no dia 28 para decidir o futuro representante do país. E um dos assuntos mais discutido durante as campanhas de debates foi o desemprego. Mulheres, negros e jovens são os que mais sofrem com a falta de oportunidade. Um público delicado, que precisa escolher em poucos dias quem é o mais indicado para colocar o país de volta no mercado de trabalho.

“A piora no mercado de trabalho nos últimos anos pegou todo mundo, mas atingiu mais fortemente alguns setores específicos”, explica a técnica de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Maria Andréia Lameiras. Um dos pontos mais graves dessa situação é que ela não é explicada por eventuais diferenças no nível de educação entre esses grupos. “Negros e mulheres enfrentam essa desigualdade há muitos anos. E não é por questão de escolaridade, já que mulheres, em geral, têm escolaridade maior que homens. Há um componente discriminatório claro, um tratamento diferencial”, observa Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador sênior da área de Economia Aplicada do Instituto Bra-

sileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV).

A taxa de desocupação no Brasil, no 2º trimestre de 2018, foi de 12,4%, mas com diferenças significativas entre homens (11%) e mulheres (14,2%), aponta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As mulheres também se mantiveram como a maior parte da população fora da força de trabalho no país (64,9%). Embora sejam maioria entre as pessoas em idade de trabalhar — 52,4% do total, segundo os dados mais recentes do IBGE —, as mulheres também são o grupo que menos consegue empregos. Em todas as regiões do país, os homens predominam entre as pessoas ocupadas, com 56,3% do mercado: 63,6% dos homens brasileiros estão ocupados, enquanto, entre as mulheres, a fatia é de 44,8%.

Katt Lorraine, 25 anos, está há três anos desempregada. Fazendo bicos de cabeleireira e manicure, ela conta que teve de parar a graduação por não ter mais dinheiro para manter a faculdade. “Eu trabalhava de recepcionista em uma empresa, mas, com a crise, mandaram várias pessoas embora e uma delas foi eu. Agora minha vida é entregar currículos e economizar para não faltar nada em casa. Até a faculdade eu tive de deixar para depois”, lamenta.

Morando com os dois filhos e o marido, ela conta que o sustento da casa é por meio da renda do marido, que ficou desempregado na mesma época, mas já está trabalhando. “Nós ficamos desempregados no mesmo ano e entregávamos até currículos juntos.



Taxa de desocupação registrada pelo IBGE no Brasil no segundo trimestre de 2018

Ele já foi chamado para trabalhar, mas eu ainda não”, afirma Katt. Mesmo com nível de escolaridade menor do que o dela, apenas com ensino fundamental, foi mais fácil para o marido conseguir recolocação no mercado de trabalho. Para Katt, homens conseguem ser empregados de forma mais fácil. “Parece que as empresas preferem sempre eles”, acrescenta.

Há também estudos que mostram que mulheres preferem trabalhar em tempo parcial quando tem essa opção. E até mesmo quem consegue uma oportunidade sofre com o trabalho excessivo e remuneração inadequada. Foi o que aconteceu com Aniela Lira da Silva, 20 anos. Ela conta que trabalhou um mês em um supermercado no qual era atendente de caixa, mas saiu porque a carga horária era de 10 horas por dia. “Eu tenho dois filhos para criar sozinha, não tinha como eu passar 10 horas trabalhando”, explica. Ela conta que, apesar de receber o equivalente a um salário

comercial, não tinha os direitos resguardados pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Com o marido preso, Aniela diz que nem o auxílio-reclusão recebe. Dessa forma, vive do dinheiro do Programa Bolsa Família e da ajuda de familiares, que somando, ainda não chega a ser um salário mínimo. “É bem pouquinho. Mas é o que a gente tem para viver”, conta.

Sem escolaridade

Entre os mais afetados pelo desemprego também estão os que têm menor escolaridade. “Principalmente os trabalhadores só com ensino fundamental incompleto são os que mais sofrem”, afirma Maria Andréia, do Ipea. Um dos motivos é que, à medida que a sociedade brasileira tem se qualificado mais, os menos preparados perdem espaço. “Cada vez tem mais pessoas escolarizadas no mercado de trabalho”, lembra.

Outra razão é conjuntural. Em momentos de crise, quem é pouco qualificado fica mais tempo desempregado. Tanto é que uma em cada seis pessoas desalentadas (que desistiram de procurar emprego) atualmente têm ensino fundamental incompleto, segundo a pesquisadora do Ipea. “Quando você está com uma economia com muita mão de obra disponível, você pode escolher quem contratar. Pelo mesmo valor, ninguém vai optar pela pessoa com escolaridade mais baixa”, explica.

* Estagiária sob supervisão de Roberto Fonseca



Negros e mulheres enfrentam essa desigualdade há muitos anos. E não é por questão de escolaridade, já que mulheres, em geral, têm escolaridade maior que homens. Há um componente discriminatório claro, um tratamento diferencial"

Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador do Ibre-FGV

Efeito em todo o mundo

Os jovens têm desemprego mais alto no mundo inteiro. "Em geral, é um grupo que tem uma incerteza para o patrão contratar. Muda muito de emprego, porque não sabe o que fazer, tem mais tendência a sair", explica Fernando de Holanda, da FGV. "Não é específico do Brasil."

Embora cheguem no mercado de trabalho mais escolarizados do que as gerações anteriores, têm pouca experiência e acabam ten-

do mais dificuldade de conseguir trabalho por isso. "E quando a empresa demite, costuma demitir os mais jovens primeiro. Eles são os que mais perdem emprego", ressalta Maria Andréia.

Há várias explicações. Entre elas, o fato de que o custo de rescisão do contrato é menor. "E tem a questão da experiência. Quem manda embora, manda quem ele acha que vai fazer menos falta no processo produtivo. Então, manda o que tem menos experiência. Por mais que cheguem escolarizados, o fato da experiência acaba pensando, principalmente em momento de recessão", diz a pesquisadora.

Salário

A desigualdade de salário também é alarmante, quando a mulher consegue um emprego. "Mulher negra e nordestina ganha bem menos do que um branco do Sudeste, na mesma função e com o mesmo grau de escolaridade", aponta Fernando de Holanda. Para ele, embora haja uma lei que proíba que se pague diferente para pessoas que exerçam a mesma função, ela precisa ser melhor fiscalizada. "Será que a gente pune empresas que não cumprem?", questiona.

Além disso, o modelo de licença-maternidade também pode ser revisto para beneficiar as mulheres, seguindo o exemplo de países que transformaram em licença parental, sugere o economista. "A licença-maternidade, na visão de alguns empresários, significa que contratar mulher custa mais caro. E, aí, ele não contrata ou contrata pagando menos para não ter prejuízo", explica.



Aniela vive do dinheiro do Programa Bolsa Família e da ajuda de familiares

Fotos: Barbara Cabral/Esp. CB/D.A Press



Katt Lorryne está desempregada há três anos: "Agora minha vida é entregar currículos e economizar para não faltar nada em casa"